

SECRETARIA MUNICIPAL DE
INFRAESTRUTURA



4^A CIDADE
MAIS ANTIGA
DO BRASIL



ESTUDO PRELIMINAR – FASE I

Periferia Viva – Urbanização de Favelas

Qualificação e Urbanização da Cidade Baixa

Revisão 01

São Cristóvão/SE
Setembro de 2025

FICHA TÉCNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO

Júlio Nascimento Júnior
Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Matheus Carvalho Conceição
Secretário Municipal de Infraestrutura

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS

Igor Silva Santos
Coordenador de Estudos e Projetos

Mateus Santos Lima
Arquiteto e Urbanista

Maria Helena dos Santos Fortes Silva
Assistente Social

Nathália de Moura Barbosa
Arquiteta e Urbanista

QUADRO DE REVISÕES

	data
Emissão Inicial	
R00	07/06/2024
R01	17/09/2025

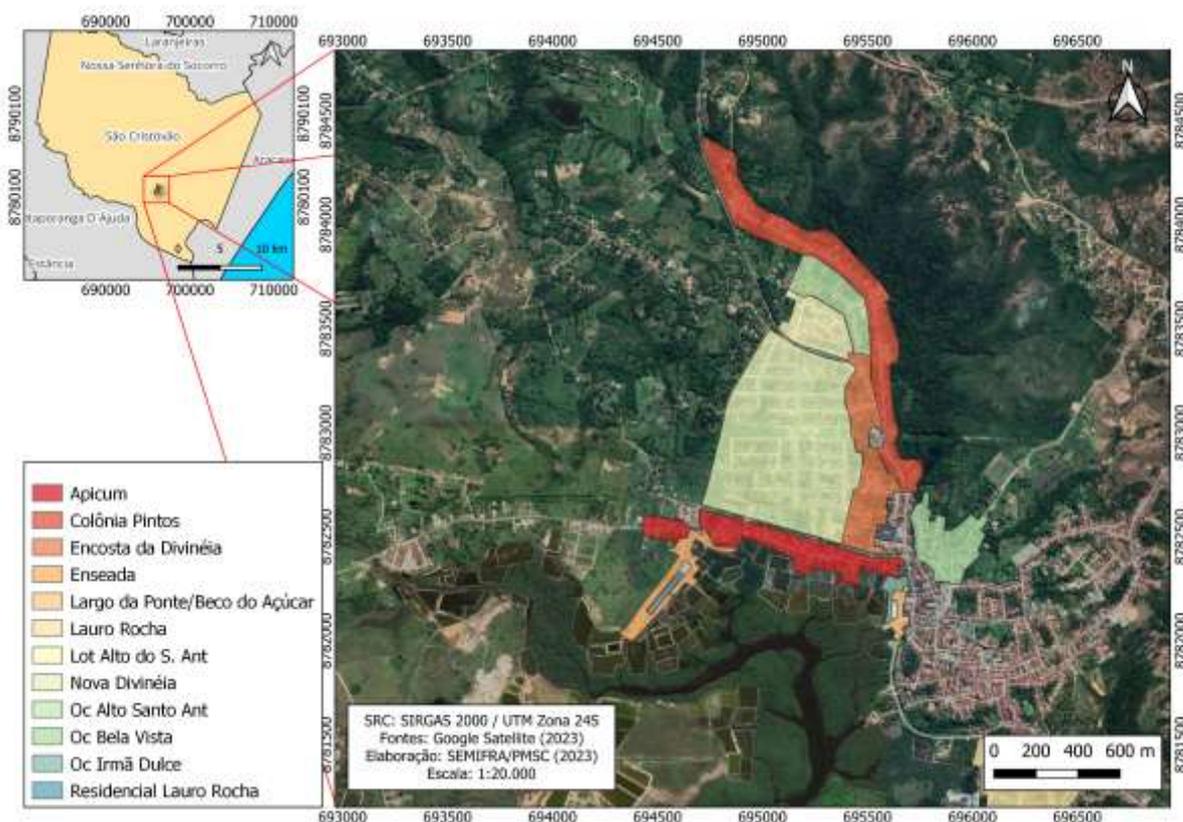
SUMÁRIO

1.	DIAGNÓSTICO PRELIMINAR.....	2
2.	DELIMITAÇÃO DAS POLIGONAIS E PONTOS DE INTERVENÇÃO/OBRA	5
3.	MEMORIAL DESCRITIVO DAS AÇÕES PROPOSTAS	9
	PLANO PERIFERIA VIVA.....	9
	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	9
	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	12
	REASSENTAMENTO	12
	MELHORIAS HABITACIONAIS	13
	PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E ACESSIBILIDADE.....	14
	ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	14
	CONTENÇÃO DE ENCOSTA.....	15
	RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA	15
	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	16
4.	TRABALHO SOCIAL	18
5.	AVALIAÇÃO PÓS-INTERVENÇÃO	20

1. DIAGNÓSTICO PRELIMINAR

O Território Periférico Cidade Baixa está localizado na Macrozona Urbana da Sede do município de São Cristóvão e possui 12 assentamentos precários localizados na macrozona urbana da sede do município, em bairros como o Centro, Irineu Neri e Divinéia. A figura 1 traz a delimitação definida pelo Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) para esses assentamentos.

Figura 1 - Assentamentos precários dentro do território periférico



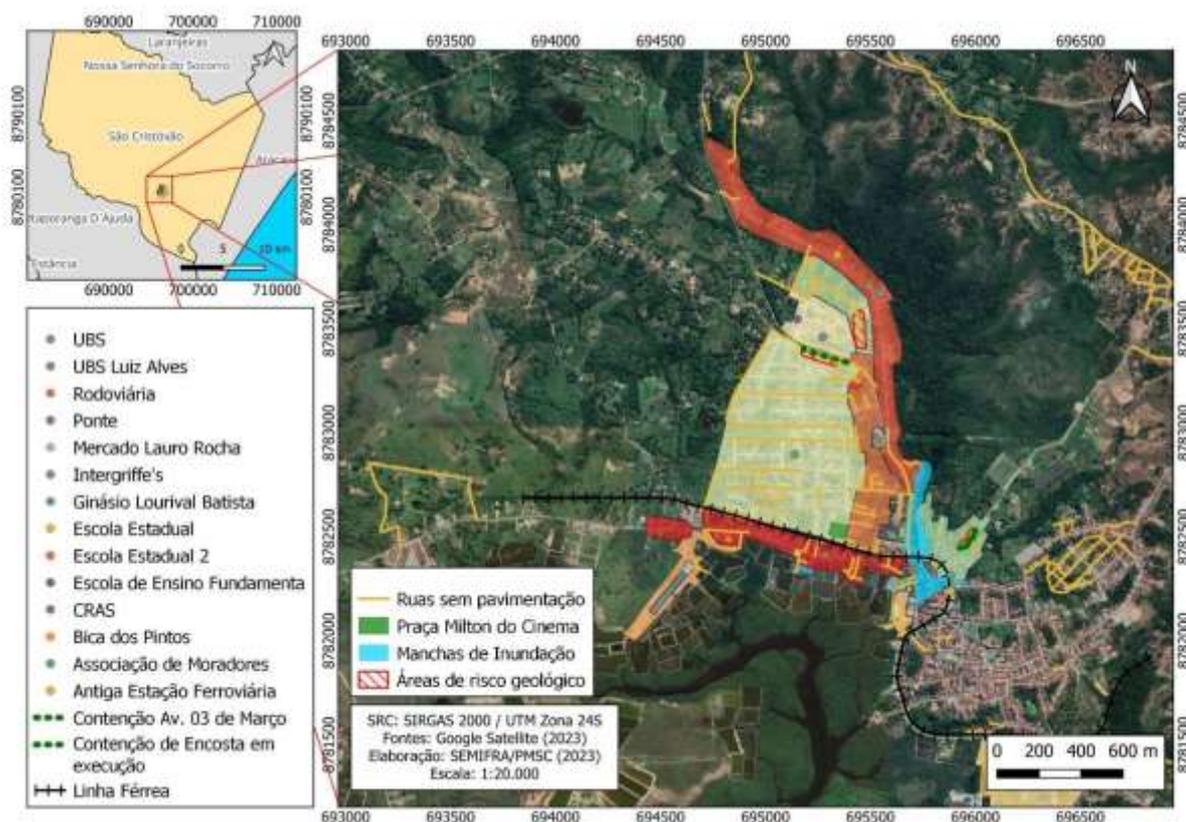
Fonte: SEMINFRA/PMSC, 2023.

O maior bairro da região é o Divinéia, que foi implantado a partir do loteamento Nova Divinéia em 1989 e marca o processo de expansão urbana da região. Após mais de duas décadas, é notável que a expansão ainda carece de infraestrutura básica em sua maior parte. Hoje, a região chamada de Cidade Baixa possui mais de 3000 unidades habitacionais, sendo mais de 80% delas ocupadas por famílias com até três salários mínimos, que possuem dentre suas fontes de renda o trabalho com a pesca artesanal e outras atividades de comércio e serviços.

O diagnóstico físico do território (figura 2) parte de três principais áreas: as áreas de risco geológico, as manchas de inundação e áreas de preservação permanente. Além disso, levou-se em consideração mais dois aspectos: 1 - obras já executadas (pavimentação e drenagem); 2 - equipamentos e áreas notáveis (Bica dos Pintos, Ginásio de Esportes, Associação de moradores, Unidades Básicas de Saúde e Escolas).

Essas características gerais são fundamentais para entender as potencialidades e precariedades do território, uma vez que estes são fundamentais para a própria população. O que se observa é que, em algumas situações, os equipamentos já instalados carecem de melhorias para um melhor atendimento/funcionamento, a exemplo do Mercado Lauro Rocha, e, em outras, há a necessidade de implantação de novos equipamentos, como a Praça do Apicum.

Figura 2 - Mapa de diagnóstico do território periférico



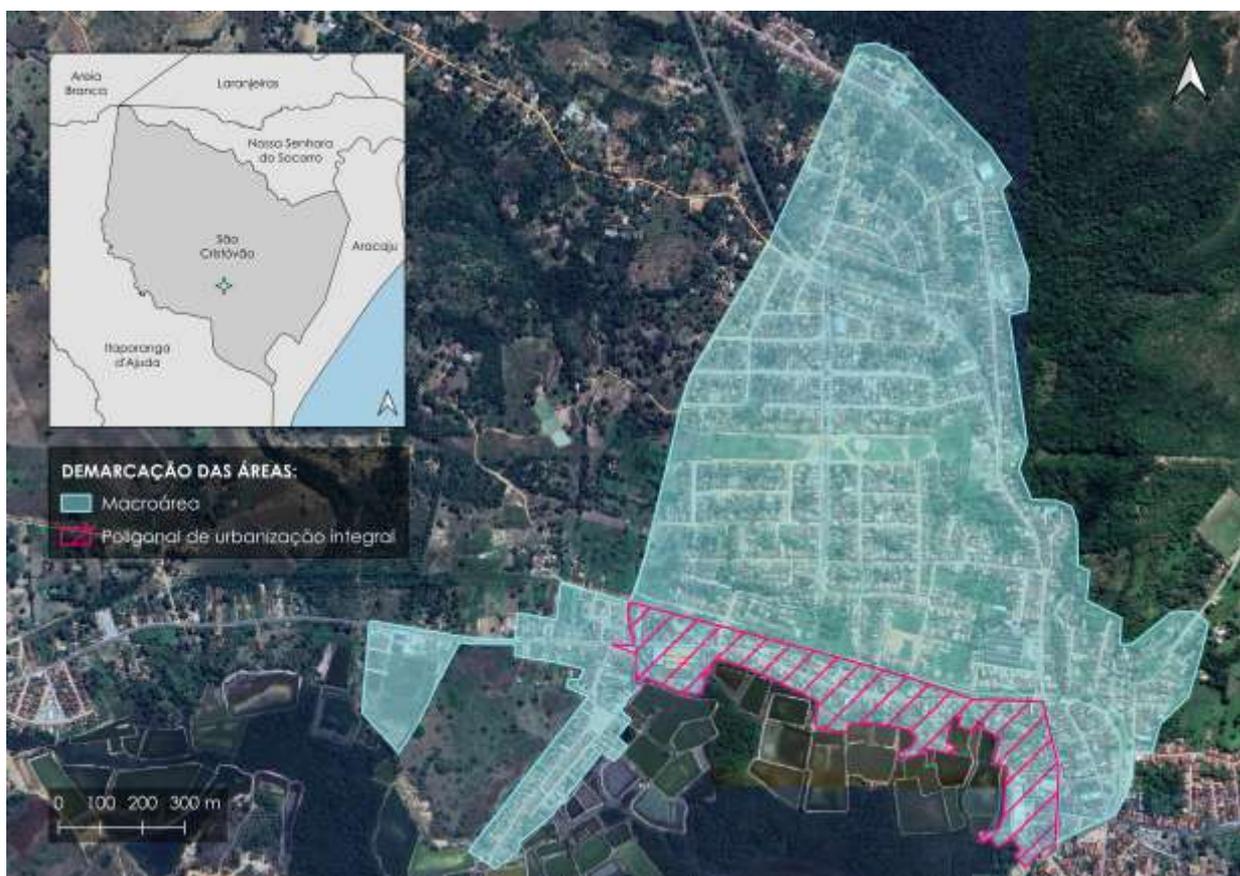
Fonte: SEMINFRA/PMSC, 2023.

O que se conclui, a partir desse diagnóstico, é que a ocupação da Cidade Baixa estabeleceu-se junto a áreas ambientalmente sensíveis e de maneira precária e, atualmente, urge a necessidade de realizar intervenções que possam não só garantir a segurança dos moradores frente aos deslizamentos de terra e às inundações recorrentes, mas também preservar os cursos hídricos e a vegetação remanescente.

2. DELIMITAÇÃO DAS POLIGONAIS E PONTOS DE INTERVENÇÃO/OBRA

De acordo com o indicado no Guia do Plano de Ação – Periferia Viva, do Ministério das Cidades, a área definida para a Fase I da proposta contemplada pelo PAC Seleções 2024 contempla o Território Periférico e a Poligonal de Urbanização Integral. A Macroárea – outra nomenclatura para Território Periférico – foi definida a partir dos limites dos assentamentos precários existentes e da abrangência das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Já a Poligonal de Urbanização Integral, esta foi determinada pela questão envolvendo à ocupação em Áreas de Preservação Permanente e onde os riscos ambientais são acentuados.

Figura 3 - Mapa de delimitação das poligonais de intervenção do território periférico



Fonte: SEMINFRA/PMSC, 2025

Para a Qualificação do Território Periférico, foram delineadas algumas intervenções, conforme demonstra as Figuras 4 e 5. Dentre as ações, estão previstas

obras de pavimentação, drenagem e acessibilidade, construção de novos equipamentos públicos, recuperação ambiental do rio Paramopama, urbanização das áreas de reassentamento, melhorias habitacionais e regularização fundiária. Todas essas intervenções estão devidamente detalhadas nos tópicos a seguir.

Figura 4 - Mapa de pontos de intervenção nas poligonais do território periférico



Fonte: Fonte: SEMINFRA/PMSC, 2025

Figura 5 - Mapa de pontos de intervenção na poligonal de urbanização integral.



Fonte: SEMINFRA/PMSC, 2025

Na intenção de compatibilizar as informações, foi também elaborado um mapa que indica outras obras planejadas pela prefeitura que possuem fontes de recurso diversas, não contidas no QCI, mas que se somam às intervenções na Macroárea.

Figura 6 – Obras previstas para a macroárea com outra fonte de recursos.



Fonte: SEMINFRA/PMSC, 2025

3. MEMORIAL DESCRITIVO DAS AÇÕES PROPOSTAS

3.1. PLANO DE AÇÃO - PERIFERIA VIVA

Seguindo o escopo definido no Anexo 1 do Manual de Urbanização de Favelas, o Plano de Ação – Periferia Viva será a primeira atividade realizada dentro do Território Periférico. Isso acontecerá mediante a contratação de uma Assessoria Técnica, que será responsável por desenvolver, junto à população da Poligonal de Urbanização Integral, um plano popular participativo e integrado, onde estarão previstas todas as ações que objetivam a superação das precariedades do território.

Para a realização do Plano de Ação, será necessário também a instalação de um Posto Territorial, um local destinado à atuação da Assessoria Técnica e à realização dos plantões sociais – etapa do Trabalho Social.

3.2. EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

A proposta selecionada incorporou a criação/requalificação de equipamentos públicos que se inserem dentro de políticas públicas de lazer, esporte, valorização da cultura local, segurança alimentar, assistência social, mobilidade urbana e saneamento básico. A descrição de cada um pode ser conferida abaixo:

- Praça Apicum

A Qualificação do Território Periférico, no que diz respeito à promoção de espaços de lazer deste projeto, contempla a construção de uma praça entre o assentamento Enseada e a Ocupação Apicum Merem. O objetivo é promover a apropriação do espaço público pela comunidade e priorizar soluções que a torne inclusiva, acessível e segura, principalmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência. Assim, o projeto oferece um novo desenho urbano, ampliando as áreas de convivência com atividades atrativas para públicos diversos, remodelando o paisagismo, assegurando a acessibilidade e adequando a iluminação.

- Requalificação do Mercado Lauro Rocha e Entorno

Pensando na importância de promover o trabalho, a renda, a alimentação e manutenção dos modos de vida da população local, a proposta selecionada pelo PAC 2024 abrange a requalificação do Mercado Lauro Rocha e seu entorno, cujo objetivo é atender a uma reivindicação popular antiga. O projeto irá facilitar o escoamento da

[Praça Senhor dos Passos, nº 37, Centro, São Cristóvão-SE, CEP 49.100-057](#)

[CNPJ: 13.128.855/0001-44](#)

[email:seminfra@saocristovao.se.gov.br](mailto:seminfra@saocristovao.se.gov.br)

produção agropecuária local; assegurar o acesso da população a produtos alimentícios com segurança, autonomia e conforto; recuperar ambientalmente um trecho do Rio Paramopama; organizar a feira livre preexistente; promover a mobilidade urbana e abrigar a comunidade pesqueira através de intervenções urbanísticas no entorno.

Dentre as soluções propostas no projeto, destacam-se a setorização dos boxes, distinguindo as áreas de carnes, grãos, farináceos, hortifruti, temperos, ervas, laticínios e outros, e a adequação desses boxes com bancas para higienização das mãos e produtos. Além disso, como a cidade possui uma forte cultura pesqueira, o projeto também abrange um edifício anexo, denominado Mercado do Peixe, próximo ao Rio Paramopama, local onde chegam as embarcações para comercialização de peixes, mariscos e crustáceos. Está previsto também uma galeria, quiosques e a restauração do edifício do Talho de Carne Verde.

- Cozinha Solidária (MTST)

Em relação à segurança alimentar e às formas de viver em comunidade, uma das obras selecionadas foi o restauro de um casarão ao lado do Mercado Lauro Rocha, onde atualmente está sediada a Cozinha Solidária do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Essa iniciativa, que está instalada em várias outras cidades do Brasil, foi inaugurada em São Cristóvão no ano de 2021 com o apoio da Prefeitura de São Cristóvão e, atualmente, recebe apoio do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe, o EMAU Trapiche), na elaboração dos projetos técnicos de readequação do casarão.

- Centro de Convivência da SEMAS

A Poligonal de Urbanização Integral do Território Periférico, no que tange à promoção da política pública de assistência social, será contemplada com o Centro de Convivência da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), situado em frente à Escola Estadual Padre Gaspar Lourenço.

O centro é uma entidade pública, referenciada a um CRAS, cuja destinação é voltada para o desenvolvimento e oferta de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos com crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Para isso, é levado em consideração o perfil sócio-demográfico do território e estabelecido um foco no atendimento do público prioritário. As atividades realizadas serão voltadas para o esporte, ações culturais, integração familiar, promoção da qualidade de vida,

convivência social, promoção da cidadania, participação social e a integração intergeracional dos usuários.

Este projeto já possui recursos para sua obra, e estes não compõem o Quadro de Custos e Investimentos (QCI).

- Terminal da Divinéia

Em relação a mobilidade urbana, a proposta aprovada pelo PAC 2024 contempla a construção inédita de um terminal de ônibus no Bairro Divineia, cuja finalidade é atender as necessidades de locomoção da população. O projeto incluiu também lanchonetes, banheiros públicos acessíveis, setor administrativo, vagas de estacionamento para os ônibus e micro-ônibus, informações em tempo real sobre os horários de saída/chegada, sistemas de segurança, entre outros.

O terminal vai funcionar de forma integrada, permitindo que os passageiros façam conexões entre diferentes linhas de maneira mais rápida e eficiente com a região metropolitana de Aracaju. Outro ponto a se considerar é que a instalação deste equipamento irá incentivar o desenvolvimento do entorno e, com o acesso facilitado, espera-se que também incentive o maior uso do próprio transporte público.

- Urbanização da Área de Reassentamento

Há previsto ações de reassentamento dentro da Poligonal de Urbanização Integral e, com a saída da população, o local deverá passar por um processo de recuperação ambiental e urbanização, como consta na proposta. Para isso, é necessário desenvolver um planejamento participativo dentro do próprio Plano de Ação, com esforços direcionados para a apropriação do espaço de maneira ecológica e sustentável por parte da população e para a proposição de soluções que preserve o meio ambiente urbano, recomponha a vegetação natural e auxilie na drenagem urbana.

- Requalificação da Esplanada de São Cristóvão

Com recursos do PAC Cidades Históricas, a obra tem como objetivo requalificar a Esplanada de São Cristóvão. O projeto contempla a criação de áreas de lazer e o restauro da Capelinha, da Antiga Estação Ferroviária e do Calçadão Pedro Pereira Prado, tudo isso com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

3.3. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

As ações de Regularização Fundiária Urbana (REURB), que incidiram dentro da Poligonal de Urbanização Integral, objetivam a segurança jurídica para aproximadamente 79 famílias do Largo da Ponte/Beco do Açúcar, ambos assentamentos precários, uma vez que a maioria não possui título de propriedade dos imóveis.

Entende-se também que a entrega desses títulos precisa somar-se a outras ações de urbanização do território, como a melhoria das condições de habitação de maneira completa. Sendo assim, esta ação de regularização fundiária estará vinculada com a ação de melhorias habitacionais, devidamente descrita no tópico 3.5, a fim de promover uma qualificação completa da localidade.

3.4. REASSENTAMENTO

A Ocupação Irmã Dulce, situada dentro da Poligonal de Urbanização Integral, está localizada em uma área de preservação permanente com casas em situação de alto risco de inundação e curso d'água impróprio margeando as residências, uma área em situação de alta insalubridade e precariedade, com aproximadamente 52 unidades habitacionais, que foi diagnosticada pelo PLHIS como não consolidável. Outro assentamento precário, a Ocupação do Apicum Mirim, apresentando uma realidade de 7 unidades habitacionais situadas às margens do mangue, correndo de sofrer com inundações. Além das já citadas, a Ocupação do Largo da Ponte possui mais 8 unidades a serem reassentadas. Assim, a proposta totaliza a previsão de 67 reassentamentos dentro da poligonal de urbanização integral com base no levantamento do PLHIS, sendo passível de atualizações, a serem concretizadas a partir do desenvolvimento do Plano de Ação e em compatibilização com demais projetos em desenvolvimento pela prefeitura para a região. A solução habitacional para essas unidades será por via da produção de moradias a partir do Programa Minha Casa Minha Vida, que destinou, em 2023, 300 unidades para o município. O terreno destinado para essas habitações está contido na macroárea da proposta.

Considerando que a remoção acontecerá antes da construção de novas moradias e a recuperação ambiental da área inicie antes dessa conclusão, a necessidade de aluguel social/moradia transitória se faz necessária e está previsto no

orçamento. Além disso, é importante mencionar que a elaboração de um diagnóstico preciso, tanto para o Plano de Ação, como para o Plano de Reassentamento, é imprescindível para o entendimento das especificidades existentes e, conseqüentemente, para a seleção das unidades a serem reassentadas.

3.5. MELHORIAS HABITACIONAIS

A urbanização e qualificação dos assentamentos precários vai considerar o direito à moradia de qualidade através da melhoria das condições de habitabilidade das edificações situadas dentro da poligonal. Assim, as ações de melhoria pretendem diminuir o déficit habitacional qualitativo e as inadequações domiciliares do território realizando o diagnóstico de 60 unidades habitacionais com foco em solucionar, prioritariamente, aquelas em área de risco e com graves problemas estruturais em decorrência de possíveis movimentações de terra ou inundações, visto que essas são características das áreas onde se encontram os assentamentos. Além do agravante de risco da insegurança ambiental, o foco das melhorias é combater o alto número de inadequações físicas da edificação - ações que garantam a proteção contra as intempéries, a insalubridade, a segurança e a privacidade da família, bem como solucionar inadequações de uso – adequando as moradias as reais necessidades de modo de vida e a densidade familiar.

Todo o processo das melhorias habitacionais será de responsabilidade da Assessoria Técnica contratada, seguindo as diretrizes do Plano de Ação do Periferia Viva. A Assessoria deverá especificar as condições de cada uma das moradias a partir de visitas às unidades habitacionais, levantamento técnico social e reuniões com as famílias. A partir do diagnóstico, a equipe deve elaborar os projetos de reforma e o plano de execução junto aos moradores, através de uma abordagem popular e participativa que considere ao longo do processo métodos autogestionários, devendo o Plano de Trabalho Social - PTS conter de maneira mais detalhada a forma de trabalho adotada, de maneira que considere a conscientização do direito à moradia adequada e da importância da participação da população no processo

Diante da quantidade de obras em cada assentamento precário, incluindo contenção, pavimentação e drenagem, há a possibilidade de o aluguel social ser

destinado a algumas famílias que precisarem sair momentaneamente de suas casas durante as obras.

3.6. PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E ACESSIBILIDADE

- Pavimentação e Drenagem

O território periférico possui uma região demarcada pelo Plano de Contingência como área de inundação, sendo a Rua **Deodoro um dos pontos críticos** dentro dessa área de risco. A elaboração de um projeto de macrodrenagem é considerada nessa proposta como fundamental para a população da macroárea, principalmente para moradores do Largo da Ponte, local de trânsito contínuo de pessoas e veículos, onde também se concentram edificações comerciais importantes, como o Mercado Lauro Rocha.

Para além dessa intervenção, a proposta abrange o avanço da pavimentação, drenagem e acessibilidade de vias como continuidade das ações da prefeitura dentro do território periférico no que se refere à infraestrutura viária, com foco em (...) Poligonal de Urbanização Integral e na continuidade das obras que a prefeitura vem realizando na região.

- Avenida e Ponte entre o Largo da Ponte e C. Hermes Pereira

O território periférico terá uma importante intervenção para a mobilidade urbana através da urbanização da Rua Etelvino Oliveira, onde também se localiza a Ponte do Largo da Ponte, onde a execução do projeto contemplará pavimentação, drenagem, construção de passeios com rampas acessíveis, equipamentos de lazer para a população e áreas verdes arborizadas. Os recursos dessa obra possuem outra fonte e não estão contidos no QCI.

3.7. ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Considerando que a infraestrutura de saneamento na área de intervenção já foi previamente implementada pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), mas que ainda encontra-se inoperante, duas soluções distintas se apresentam: a ligação das casas à rede de esgoto existente ou fazer uso de métodos alternativos individuais de tratamento do esgoto direcionados, principalmente, às famílias que

residem dentro da Poligonal de Urbanização Integral.

Assim, será considerado sistemas como a bacia de evapotranspiração (BET) para o tratamento de efluentes dos sanitários, devendo ser previsto também o tratamento de efluentes vindos das torneiras e pias através de outro sistema, como o círculo de bananeiras. Além disso, ainda pode ser utilizado a fossa séptica, filtro anaeróbico e sumidouro a serem colocado nas unidades habitacionais para o tratamento de todo o esgoto da casa.

A partir do Plano de Ação, os sistemas e soluções poderão ser melhor definidos e aplicados.

3.8. CONTENÇÃO DE ENCOSTA

A existência de áreas de risco geológico foi um dos motivos determinantes para a demarcação da Macroárea. Para isso, foram considerados o diagnóstico presente no Plano de Contenção realizado pela Defesa Civil do Município e as discussões da comissão técnica feitas durante a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), que atribuíram grau de alto risco a algumas áreas. Exemplo disso é a Rua 10, situada dentro da Ocupação Alto do Santo Antônio, onde existe uma encosta em iminente perigo de movimentação de terra e, que em tempos chuvosos, ocorre deslizamentos que chegam a atingir os domicílios. Assim, um projeto de contenção da encosta está em desenvolvimento e será uma obra realizada juntamente a pavimentação e drenagem, através de estruturas de alvenaria em pedra e concreto.

Ademais, a poligonal do território periférico da Cidade Baixa possui ainda outras áreas de alto risco, como a encosta localizada na Avenida 3 do bairro Divinéia, esta já com projeto de contenção finalizado e pronto para ser executado nessa proposta.

3.9. RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA

- Revitalização de Trecho do Rio Paramopama (Ocupação Irmã Dulce)

A intervenção a ser realizada na área do assentamento precário conhecido como Ocupação Irmã Dulce, dentro da Poligonal de Urbanização Integral, será precedida de ações de reassentamento da população, prevendo a recuperação ambiental do local que foi ocupado pela comunidade antes do início das obras. Assim, trechos

poluídos do rio, principalmente a parte da canal que passa entre a comunidade, receberão um processo de limpeza a fim de desobstruir o fluxo e auxiliar na despoluição do afluente.

O segundo ponto de recuperação ambiental, dentro da Poligonal de Urbanização Integral, é referente a área situada no Apicum Merem, com casas que estão avançando sobre o mangue e a existência de muito lixo descartado no local. Dessa forma, as ações previstas referem-se a limpeza da área e um projeto de reflorestamento com espécies adequadas a ser elaborado junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA). Essas ações são de extrema importância para a manutenção do ecossistema em zonas urbanas e devem estar associadas a ações de educação ambiental que vão ser consideradas no Trabalho Social a fim de conscientizar a comunidade sobre práticas harmônicas dentro da relação homem-natureza.

3.10. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

As soluções elencadas a seguir vão se somar a política de coleta de resíduos sólidos em implementação pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) que vem trabalhando no desenvolvimento de leis e parcerias público-privadas.

- Unidade de Triagem

O projeto engloba uma proposta de gestão dos resíduos sólidos dentro da macroárea, que estabelecerá parceria com uma associação de moradores para a construção de uma Unidade de Triagem. A partir das atividades de educação ambiental, já mencionadas a serem detalhadas e previstas no PTS, mobilizações junto à associação de moradores para transformar a conscientização ambiental em ideias práticas e geradoras de recursos para a própria associação e seus associados.

A unidade de triagem é um local que recebe resíduos sólidos recicláveis ou reaproveitáveis, que podem ser coletados por trabalhadores ou trazidos pela própria comunidade individualmente. O equipamento estará situado na macroárea, sendo estruturado e mantido mensalmente pela prefeitura e administrado pela associação dos moradores que organizará os trabalhadores responsáveis pela separação e comercialização desses materiais.

O terreno destinado a unidade está em fase de definição, tendo como prioridade

Praça Senhor dos Passos, nº 37, Centro, São Cristóvão-SE, CEP 49.100-057

CNPJ: 13.128.855/0001-44

email:seminfra@saocristovao.se.gov.br

áreas pertencentes ao município ou terrenos vazios de terceiros.

- Equipamentos para coleta seletiva do lixo

A coleta seletiva do lixo dentro da Poligonal de Urbanização Integral deve ser pensada em paralelo ao desenvolvimento da Unidade de Triagem. A estratégia se refere a disposição de lixeiras de coleta seletiva em pontos estratégicos, além de pequenas carroças de tração humana, para o deslocamento até a unidade. Essa ação deve ser integrada com a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSURB) , a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e com o trabalho de educação ambiental a ser realizado com a comunidade ao longo do Trabalho Social, abordando as práticas comunitárias dentro do território.

4. TRABALHO SOCIAL

A etapa do Trabalho Social, que será descrita e planejada no Projeto de Trabalho Social (PTS), tem como objetivo engajar a população no processo de execução e acompanhamento da intervenção, principalmente a parcela que reside na poligonal de urbanização integral e na Ocupação Alto do Santo Antônio (Figura 7). O PTS tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas através da participação cidadã mediante trabalhos informativos e educativos que favoreçam a organização da população, a gestão comunitária, a educação sanitária, ambiental e patrimonial, bem como contribuir para a sustentabilidade dos bens, empreendimentos, equipamentos e serviços implantados.

Figura 3 - Mapa de delimitação da abrangência do Trabalho Social.



Fonte: SEMINFRA/PMSC, 2025.

São objetivos específicos dos Trabalho Social:

1. Estimular a participação dos beneficiários finais nos processos de discussão, decisão, elaboração, implementação e acompanhamento dos objetos

- pactuados e na gestão dos recursos financeiros destinados;
2. Estimular o desenvolvimento da coletividade, criando e fortalecendo laços sociais e comunitários por meio de atividades que fomentem o sentimento de pertencimento da população local;
 3. Orientar de forma participativa para a operação, manutenção e conservação adequada do patrimônio gerado pelos investimentos decorrentes da intervenção;
 4. Promover a multidisciplinaridade, intersetorialidade e a sustentabilidade das intervenções, fomentando condições para o processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo, com a criação de arranjo institucional que possibilite a articulação de políticas públicas;
 5. Orientar os grupos de beneficiários com relação à gestão do orçamento familiar e acompanhar as providências para o acesso dos beneficiários às tarifas sociais, assim como articular a promoção de projetos e ações de capacitação para o trabalho e geração de renda existentes na região;

Para isto, o Projeto de Trabalho Social terá como metodologia os seguintes eixos, de acordo com a Portaria Nº 75/2025, de 28 de janeiro de 2025, do Ministério das Cidades:

1. Mobilização, comunicação e participação social;
2. Sustentabilidade da intervenção ou operação;
3. Sustentabilidade ambiental, segurança alimentar e promoção da saúde;
4. Desenvolvimento socioeconômico;
5. Direitos Humanos, educação, cidadania e cultura.

5. AVALIAÇÃO PÓS-INTERVENÇÃO

A avaliação de pós-intervenção e todas as ações inerentes a sua realização está prevista pós-conclusão das obras e seguirá a metodologia e os indicadores a serem utilizados disponibilizados pelo Ministério das Cidades.